

Educação: Políticas, Estrutura e Organização 8



Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização

8

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 8 / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e Organização; v. 8)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-309-5

DOI 10.22533/at.ed.095190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 8” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação. A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007). O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra.

A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular. A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO: UMA VISÃO CRÍTICA	
Lorena Braga Siqueira Simone Braz Ferreira Gontijo	
DOI 10.22533/at.ed.0951903041	
CAPÍTULO 2	9
GOOGLE DOCS E PESQUISA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA INICIAÇÃO CIENTÍFICA	
Rosane Teresinha Fontana Giovana Wachekowski Silézia Santos Nogueira Barbosa Marcia Betana Cargnin Jane Conceição Perin Lucca Zaléia Prado de Brum	
DOI 10.22533/at.ed.0951903042	
CAPÍTULO 3	17
HISTÓRIA DAS PRÁTICAS DE ALFABETIZADORAS DE GOIATUBA E BURITI ALEGRE – GO ENTRE 1979 A 2015	
Heloisa Maria Prado Cristina Aparecida de Carvalho Michelle Castro Lima Marco Antônio Franco do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.0951903043	
CAPÍTULO 4	28
II MOSTRA INTERDISCIPLINAR DE CURTAS: DAS PÁGINAS PARA AS CÂMERAS	
Eduardo Paré Glück Maria Helena Albé	
DOI 10.22533/at.ed.0951903044	
CAPÍTULO 5	38
IMPLEMENTATION OF ALTERNATIVE METHOD FOR A DIFFERENTIATED APPROACH ABOUT MEIOSIS	
Fabiana América Silva Dantas de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0951903045	
CAPÍTULO 6	47
IMPLEMENTATION OF COMPLEMENTARY METHODOLOGY FOR THE OPTIMIZATION OF KNOWLEDGE ABOUT STRUCTURAL AND NUMERICAL CHROMOSOMAL ALTERATIONS	
Fabiana América Silva Dantas de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0951903046	

CAPÍTULO 7	56
IMPLICAÇÕES DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA MOTIVAÇÃO PARA APRENDER: UM ESTUDO NO CAMPO DA MATEMÁTICA COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO	
Mateus Gianni Fonseca Matheus Delaine Teixeira Zanetti Cleyton Hércules Gontijo Juliana Campos Sabino de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0951903047	
CAPÍTULO 8	63
IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO HUMANA DOS ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO: A LEI 13.415/2017 EM DEBATE	
Guilherme Antunes Leite Dalva Helena de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.0951903048	
CAPÍTULO 9	75
IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO EM DOCÊNCIA NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL NA PÓS-GRADUAÇÃO	
Tamiris Alves Rocha Danielle Feijó de Moura Marllyn Marques da Silva André Severino da Silva Gisele Priscilla de Barros Alves Silva José André Carneiro da Silva Georgia Fernanda Oliveira Dayane de Melo Barros	
DOI 10.22533/at.ed.0951903049	
CAPÍTULO 10	80
INCLUSÃO DIGITAL E TECNOLOGIAS VOLTADAS À PESSOA IDOSA NO CENTRO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS EM CAMPINA GRANDE-PB	
Juliana Gabriel do Nascimento Leonardo Afonso Pereira da Silva Filho Lígia Pereira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.09519030410	
CAPÍTULO 11	89
INDICADORES DE CONCLUSÃO DE CURSO: PERFIL DOS CURSOS TÉCNICOS DO IFBA- SIMÕES FILHO	
Eliana Maria da Silva Pugas	
DOI 10.22533/at.ed.09519030411	
CAPÍTULO 12	96
INFORMAÇÕES QUE FORMAM MINHAS OPINIÕES	
Aldenice de Souza Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.09519030412	

CAPÍTULO 13	102
INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: A SELEÇÃO E UTILIZAÇÃO PELOS PROFESSORES	
Viridiana Alves de Lara Mary Ângela Teixeira Brandalise	
DOI 10.22533/at.ed.09519030413	
CAPÍTULO 14	116
INTERVENÇÃO MATEMÁTICA: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA	
Francisca Maiane da Silva Valdicleide Rodrigues das Neves Bezerra Erica Morais Cavalcante Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.09519030414	
CAPÍTULO 15	123
INVESTIGANDO OS DISCURSOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE EM LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS	
Marcos Felipe Silva Duarte Hellen José Daiane Alves Reis Jackson Ronie Sá-Silva Jucenilde Thalissa de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.09519030415	
CAPÍTULO 16	127
JOGO DIGITAL DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE: CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Gabriela EyngPossolli Alexa Lara Marchiorato	
DOI 10.22533/at.ed.09519030416	
CAPÍTULO 17	143
JOGOS PEDAGÓGICOS: UMA PROPOSTA ALTERNATIVA PARA ESTUDAR QUÍMICA	
Tiago Barboza Baldez Solner Sandra Cadore Peixoto Leonardo Fantinel Liana da Silva Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.09519030417	
CAPÍTULO 18	156
LAÇOS DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE: HÁ BRAÇOS QUE SÃO AUSENTES	
Ricard José Bezerra da Silva Leonardo Farias de Arruda	
DOI 10.22533/at.ed.09519030418	

CAPÍTULO 19	166
LER E CONTAR HISTÓRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PIBID PEDAGOGIA-UEL	
Isabela Beggiato Baccaro Viviane Aparecida Bernardes de Arruda Natalia Mateus Tiossi Thais Borges Durão Anilde Tombolato Tavares da Silva Marta Silene Ferreira Barros	
DOI 10.22533/at.ed.09519030419	
CAPÍTULO 20	170
LITERATURA INFANTIL NA ESCOLA: UMA EXPERIÊNCIA DE HUMANIZAÇÃO	
Silvana Mansur Assad	
DOI 10.22533/at.ed.09519030420	
CAPÍTULO 21	185
LIVROS DIDÁTICOS DE BIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: ANÁLISE DO CONTEÚDO MANGUEZAL	
Jordan Carlos Coutinho da Silva Rayane Lourenço de Oliveira Paulo Augusto de Lima Filho	
DOI 10.22533/at.ed.09519030421	
CAPÍTULO 22	197
A LUDICIDADE EM CIÊNCIAS: IMPLICAÇÕES DIDÁTICO PEDAGÓGICAS NO FAZER DOCENTE	
Gabriel Jerônimo Silva Santos Plauto Simão De-Carvalho Sabrina do Couto de Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.09519030422	
CAPÍTULO 23	205
LUDICIDADE NO ENSINO DE QUÍMICA: ATIVIDADES LÚDICAS COMO EXERCÍCIO DE FIXAÇÃO DE CONCEITOS ENVOLVENDO ESTEQUIOMETRIA	
Lázaro Amaral Sousa Rener dos Santos Cambui Marília de Azevedo Alves Brito	
DOI 10.22533/at.ed.09519030423	
CAPÍTULO 24	212
MAPEANDO OS SINAIS PAITER SURUÍ PARA OS PROCESSOS PRÓPRIOS DE ENSINO APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	
Rosiane Ribas de Souza Eler Luciana Coladine Bernardo Gregianini Miriã Gil de Lima Costa João Carlos Gomes Joaton Suruí	
DOI 10.22533/at.ed.09519030424	

CAPÍTULO 25	223
MATEMÁTICA EM FOCO: A ARTE DOS NÚMEROS Felipe de Azevedo Maciel DOI 10.22533/at.ed.09519030425	
CAPÍTULO 26	234
MEDIAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS Diana Socorro Leal Barreto Maria Raimunda Valente de Oliveira Damasceno Nilda Miranda da Silva Iransy Gomes Barros Simonne Lisboa Marques DOI 10.22533/at.ed.09519030426	
CAPÍTULO 27	245
MESA DE PROVOCAÇÕES: UMA AÇÃO PEDAGÓGICA DE INTERDISCIPLINARIDADE NOS CURSOS TECNOLÓGICOS DA UNIVERSIDADE DE SOROCABA Adilson Aparecido Spim Osmil Sampaio Leite Valmir Aparecido Cunha Vânia Regina Boschetti DOI 10.22533/at.ed.09519030427	
CAPÍTULO 28	252
METODOLOGIA ATIVA PARA UMA APRENDIZAGEM VISÍVEL EM RELAÇÃO AO PROFESSOR E ALUNO Luís Fernando Ferreira de Araújo DOI 10.22533/at.ed.09519030428	
CAPÍTULO 29	261
METODOLOGIA DO ENSINO DE BIOLOGIA: O PROFESSOR DE BIOLOGIA FRENTE AO DESAFIO DE CONFRONTAR AS TEORIAS SOBRE A ORIGEM DA VIDA NA PRIMEIRA SÉRIE DO ENSINO MÉDIO Erivaldo Correia da Silva DOI 10.22533/at.ed.09519030429	
CAPÍTULO 30	272
METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DA MONITORIA DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL Tatiana Cristina Vasconcelos Maria das Dores Trajano Thayná Souto Batista Joselito Santos Alex Gabriel Marques dos Santos Nadia Farias dos Santos DOI 10.22533/at.ed.09519030430	

CAPÍTULO 31	284
MONITORIA DA DISCIPLINA DE FISIOLOGIA GERAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Lívia Maria de Lima Leoncio	
Rhowena Jane Barbosa de Matos	
DOI 10.22533/at.ed.09519030431	
CAPÍTULO 32	293
MONTANDO ESTRUTURAS SIMPLES PARA O ENSINO DA TRIGONOMETRIA NO TRIÂNGULO RETÂNGULO	
Sílvio César Lopes Silva	
José Robson Nunes Gomes	
Cássia de Sousa Silva Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.09519030432	
CAPÍTULO 33	303
MÚSICA NA ESCOLA: UMA PESQUISA-AÇÃO	
Giácomo de Carli da Silva	
Cristina Rolim Wolffenbüttel	
DOI 10.22533/at.ed.09519030433	
SOBRE A ORGANIZADORA	314

CAPÍTULO 1

GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO: UMA VISÃO CRÍTICA

Lorena Braga Siqueira

Instituto Federal de Brasília
Brasília - DF

Simone Braz Ferreira Gontijo

Instituto Federal de Brasília
Brasília - DF

RESUMO: O artigo teve como objetivo analisar, a partir dos padrões das políticas públicas educacionais, o funcionamento da gestão democrática escolar tendo como referência o processo de democratização das relações da gestão escolar e sua relação com a comunidade (alunos, pais, professores e demais servidores). Essa análise teve como objeto de pesquisa uma escola de Ensino Fundamental e Médio de Taguatinga. Para o desenvolvimento do trabalho foi entrevistado o vice-diretor da escola. Por meio da entrevista foi possível compreender os desafios desse modelo de gestão na escola e o quanto importante é a participação da comunidade no processo decisório quanto a questões pedagógicas, educacionais e organizacionais da instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Gestão Democrática; Comunidade escolar.

DEMOCRATIC MANAGEMENT OF EDUCATION: A CRITICAL VISION

ABSTRACT: The objective of this article

was to analyze the functioning of democratic school management, based on the standards of public educational policies, with reference to the process of democratization of school management relations and their relationship with the community (students, parents, teachers and other employees) . This analysis had as object of research a school of Elementary and Middle School of Taguatinga. For the development of the work was interviewed the deputy director of the school. Through the interview it was possible to understand the challenges of this management model in school and how important is the participation of the community in the decision making process regarding pedagogical, educational and organizational issues of the institution.

KEYWORDS: Education; Democratic management; School community.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho visa analisar, a partir dos padrões das políticas públicas educacionais, o funcionamento da gestão democrática em uma escola pública do Distrito Federal tendo como referência o processo de democratização das relações da gestão escolar e sua relação com a comunidade (alunos, pais, professores e demais servidores). Para tanto, foi realizada

uma entrevista com o vice-diretor de uma escola de ensino fundamental e médio de Taguatinga. O professor, há três anos nesse cargo, nos apresentou a escola e descreveu as dificuldades de desafios da gestão escolar democrática na instituição em que atua.

A entrevista mostra que, dentre as dificuldades e desafios apontados está a falta de participação de todos que deveriam estar envolvidos na gestão para que ela fosse de fato democrática. Para o vice-diretor, isso é resultado de uma política governamental implantada, que diz o que deve ser feito, mas não consultou as partes que devem participar da proposta, faltando assim, conscientização de responsabilidades. Professores e alunos não participam e as famílias, que integram a comunidade, estão cada vez mais distantes, segundo observou o vice-diretor, que também já foi supervisor pedagógico da escola. Apesar da escola criar programas para esse envolvimento, não há uma participação significativa dos segmentos na instituição, o que compromete a implantação de uma gestão democrática de fato.

Além disso, aponta o vice-diretor, que fatores externos comprometem a gestão e, de certa forma, prejudicam a implantação da lei, pois além da falta de envolvimento dos sujeitos da gestão, a própria conjuntura política do país, que leva às greves e paralisações, acaba forçando um atropelamento do calendário escolar, resultando na impossibilidade da realização de reuniões que haviam sido programadas para discutir os problemas e as atividades desenvolvidas pela escola, tornando inviável a participação da comunidade. No contexto da escola, como observado, a implantação da Gestão Democrática constitui-se em um grande desafio diante de complicadores. Para o vice-diretor, a teoria parece interessante, mas há problemas que precisam ser resolvidos a fim de que se torne prática.

2 | DESENVOLVIMENTO

Não podemos falar sobre gestão democrática sem entender o significado do vocábulo democracia. A palavra vem da Grécia antiga, onde os cidadãos de uma cidade-estado se reuniram periodicamente em praça pública (ágora) para deliberar sobre o que era melhor para a cidade. A esse modelo de governo deu-se o nome de democracia (*demos*, povo; *kratos*, poder), onde o poder de governar provinha do povo. O poder não estava nas mãos de poucos, mas de todos ou, pelo menos da maioria, opondo-se às formas autocráticas de governo, como a monarquia ou a oligarquia.

No Brasil adotamos o modelo de democracia representativa, uma participação coletiva onde a sociedade delega a alguém o direito de representá-lo e de tomar decisões que melhor favoreçam os interesses da população. Isso, entretanto, não exime o povo que delega o poder, que a ele pertence, de participar nas decisões, e até mesmo de remover do poder aquele que o representa, se esse não está atendendo às suas expectativas. Infelizmente, pelo que se observa o povo não compreende isso,

pois, ao delegar seu direito de governo a um representante, julga que não precisa ter mais nenhuma participação em qualquer processo, e por isso se aliena das decisões que terminam sendo tomadas por poucos e, pior, para esses poucos; o povo castra-se a si mesmo.

Segundo Manfredine (2008):

O que tem se vivenciado no Brasil é a crise desse modelo. Os representantes já não representam o povo; este, por sua vez, já não se interessa pelos assuntos políticos. O número de partidos cresce, mas as ideologias continuam as mesmas, e, o poder legislativo ainda não logrou sua independência, continua a operar com preponderância do executivo (p. 25).

No caso da gestão escolar democrática não é diferente. Existe um processo de eleição de gestores, porém isso não exige a comunidade escolar de participar da tomada de decisões.

A Lei nº 4.751 (BRASIL, 2012) que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal, possui em seus princípios as mesmas questões da lei geral, no que diz respeito à gestão democrática no DF, a comunidade escolar, assembleia geral escolar. Nela é possível encontrar também, na Seção II a Conferência Distrital da Educação, que constitui em um debate de políticas de educação. Assim, é proposta formas de políticas educacionais de forma articulada na instituição escolar, bem como promover estrutura e valorização aos docentes.

Também, é previsto em lei o Projeto Político-Pedagógico (PPP) no contexto da gestão em que se é construído os projetos da escola, planejamento do que se pretende fazer e realizar. Para Veiga (2002)

O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. (p. 12/13).

É de extrema importância a construção do PPP com a participação dos professores, diretores, coordenadores da escola, pais e alunos para a formação do saber e desenvolvimento da educação de forma eficaz. Além disso, o PPP precisa ser constantemente avaliado, pois como aponta Veiga (2002):

A avaliação do projeto político-pedagógico, numa visão crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender criticamente as causas da existência de problemas, bem como suas relações, suas mudanças e se esforça para propor ações alternativas (criação coletiva). Esse caráter criador é conferido pela autocrítica (VEIGA, 2002. p.11).

Considera-se ainda que o PPP deve ser periodicamente reformulado de forma a atender as demandas da comunidade escolar e manter-se atualizado em relação à

proposta pedagógica do sistema de ensino ao qual a escola pertence.

3 | ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa foi realizada em uma escola pública que oferta ensino fundamental e médio a comunidade da cidade de Taguatinga – DF. Essa escola apresenta características descritas nas Tabelas 1 e 2.

Matrículas	i	1273
Matrículas em tempo integral	i	45
Turmas	i	40
Turmas multi	i	–
Turnos de funcionamento	i	3
Salas de aula	i	20
Docentes		62
Auxiliares/ monitores/ tradutores de Libras	i	3
Total de funcionários	i	136
Indicador de Nível Socioeconômico – INSE	i	Grupo 5
Indicador de Complexidade de gestão	i	Nível 6
Modalidades/ Etapas oferecidas	i	Anos iniciais do ensino fundamental Anos finais do ensino fundamental Ensino médio

Tabela 1 – Características da escola

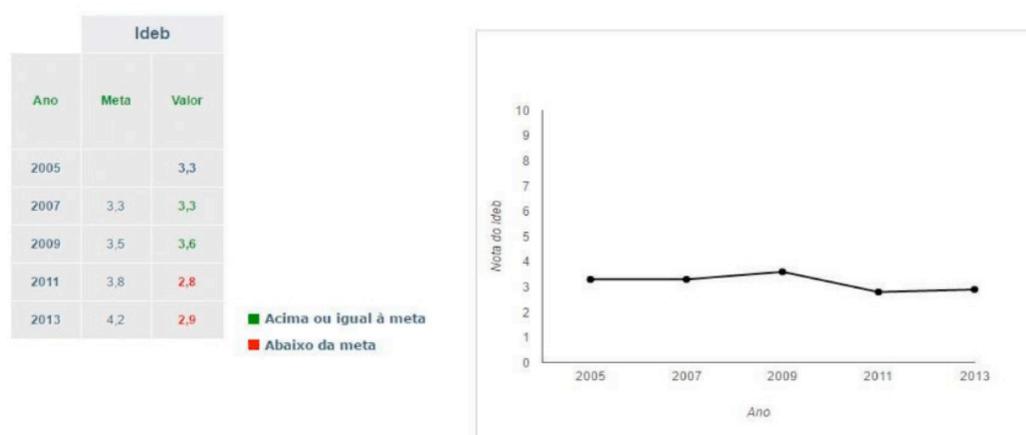
Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (2013)

A escola recebe mais de mil alunos no período diurno. Pela manhã estudam os alunos que frequentam o ensino médio e a tarde os alunos que estão no ensino fundamental II. A partir de 2014, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), optou em suas avaliações de educação básica contextualizar as medidas de aprendizado apresentando informações sobre o nível socioeconômico dos alunos.

Segundo nota técnica Inep que trata do Indicador de Nível Socioeconômico (Inse), o público atendido pela escola está categorizado no Grupo 5. Isto quer dizer que os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa um quantitativo maior de bens elementares e bens suplementares. O objetivo do Inse é situar o conjunto de alunos atendidos por cada escola em um estrato, definido por posses de bens domésticos, renda e contratações de serviços pela família dos alunos ou escolaridade dos pais. Isso, também acontece atualmente no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

O Indicador de Complexidade de Gestão resume em uma única medida as informações de porte, turnos de funcionamento, nível de complexidade das etapas e quantidade de etapas ofertadas. A escola apresentada neste trabalho, está no Nível 6 pois, apresenta porte superior à 500 matrículas, operando em três turnos, com quatro ou mais etapas, apresentando a Educação de Adultos (EJA) como etapa mais elevada (considerando a idade dos alunos atendidos).

O Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) foi calculado em 2013 e os resultados foram medianos, principalmente nos anos finais do Ensino Fundamental. Na Prova Brasil, segundo o site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep) a escola não fez a prova ou não teve os resultados divulgados das séries iniciais. Realizaram a prova 159 alunos dos 210 matriculados no ano da prova.



* Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.
 ** Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 410 de 3 de novembro de 2011 ou nº 304 de 24 de junho de 2013.
 *** Sem média na Prova Brasil ou sem Taxa de Aprovação.
 **** Não divulgado por solicitação da Secretaria/Escola devido a situações adversas no momento da aplicação.

Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB)

Fonte: Índice de Desenvolvimento da Educação - IDEB

A Tabela 2 apresenta os resultados da escola no IDEB. Nela possui a média e os valores de 2005 a 2013. Pode-se observar o baixo índice de 2011 a 2013. Não foram encontrados dados mais recentes para analisar o desempenho da escola. Pode-se concluir dessas tabelas que a escola possui uma excelente estrutura, que será mais detalhada a frente neste trabalho, possui quadro de professores e muitos alunos, porém não tem bons resultados no que diz respeito à Prova Brasil, o que reflete no seu IDEB, que até 2013 se manteve abaixo da média.

A instituição possui salas grandes e arejadas, uma cantina onde é distribuída a merenda dos alunos, uma cantina particular, áreas verdes, biblioteca, pátio coberto e descoberto, auditório, quadra de esportes descoberta.

Em relação às tecnologias educacionais a instituição possui equipamentos para realização de atividades audiovisuais como projetor. Porém, os laboratórios de informática e ciências são pouco equipados e pouco utilizados pelos professores. Segundo o vice-diretor:

Todos os professores nas reuniões questionavam a falta de recursos na escola para trabalharem com os estudantes. Atualmente temos equipamentos suficientes, mas são poucos usados e quando usados são apenas para exposição de slides. Uma troca do quadro pela tecnologia.

O vice-diretor da escola é o responsável por várias questões administrativas e pedagógicas. Essa é uma função, como também a de diretor, que requer enfrentar muitos desafios e o maior deles é equalizar o tempo entre as responsabilidades pedagógicas e as questões burocráticas. Um aspecto que reforça esse desafio é a falta de um coordenador pedagógico, um supervisor pedagógico e da carência de professores.

Hora (2011) faz um alerta acerca dessa situação ao afirmar que:

O diretor da escola, antes de ser um educador comprometido com a formação do educando, depara com situações em que se reduz a mero repassador de ordens, burocrata atado atrás das mesas, assinando papéis de pouco significado para a educação, “capataz de limpeza e organização” do prédio escolar, sendo obrigado a cumprir e fazer cumprir programas educacionais que continuadas vezes não levam em conta o conhecimento da realidade e as necessidades daquela comunidade escolar (p. 18).

As atividades extracurriculares oferecidas e supervisionadas pela escola são diversificadas: aulas voltadas ao esporte (futebol, basquete e outros) e rádio escolar. Outras atividades já foram oferecidas na escola, porém, segundo o próprio vice-diretor, os alunos não se interessam e muitos projetos acabam por falta de participação.

Esse desinteresse se reflete na formação do Grêmio estudantil, estabelecido na Lei nº 4.751 (BRASIL, 2012, art. 9º), sendo um meio de efetivação da gestão democrática por ser um mecanismo de participação colegiado. O vice-diretor apontou que o problema é a falta de hábito e formação dos alunos nessa atividade. Os estudantes são indivíduos que oferecem a escola uma reformulação de pensamento e atitudes voltadas para questões que os aproximem, para que haja diálogo entre as partes. São seres plurais, com identidade em construção, por isso é preciso pensar em como trabalhar com essa pluralidade.

Para o vice-diretor o fato de termos uma gestão democrática estabelecida “*tem seu lado positivo*”. A lei oportuniza possibilidades de mudanças, mas para isso é necessário que todos os que estão envolvidos na educação aprendam a lidar com ela, assumindo o poder como um privilégio compartilhado por todos, ocupando seus lugares de sujeitos na gestão da educação.

Além da participação dos professores e dos estudantes, a família tem um papel crucial nas decisões pedagógicas, administrativas e financeiras. Isso deve ocorrer por meio de órgãos colegiados e nas eleições de diretor e vice-diretor da unidade escola. Porém, essa atividade de representação da comunidade, por parte dos pais e ou responsáveis não é significativa.

A grande questão da gestão democrática é que ela é uma proposta governamental.

A questão de conscientizar a família, para que haja esse envolvimento que é o grande problema. É aquela história que alguém diz como tem que ser feito, sem consultar as partes que vão se envolver. Nos últimos anos temos percebido a redução na participação da comunidade. Seja lá por quais conjunturas econômicas, políticas do país a família está cada vez mais distante. As alegações dos pais é a de que eles não têm tempo, afirma o vice-diretor.

O Ministério da Educação propõe que sejam estabelecidos, no Calendário Escolar, datas referentes à marcação de reuniões entre a escola e a comunidade, que são convocados para decidir assuntos referentes à escola (Diretivo temático). Na escola pesquisada a última reunião, ano passado, houve apenas três pais presentes. Percebe-se, a partir disso, a falta de participação das famílias, mesmo que essas discussões tragam temáticas importantes pertinentes à vida de seus dos filhos, a participação é muito pequena.

A escola deve divulgar de forma transparente as atividades e as decisões tomadas e executadas.

Os pais a hora que quiserem podem vim à escola saber das decisões. Que são tomadas e discutidas em forma de assembleias que seria nossas reuniões de pais. E para que essas reuniões sejam viáveis, realizamos isso no dia da entrega dos boletins. Porém, alguns pais só comparecem na hora da entrega e muitos reclamam que a entrega do boletim ainda não seja via internet (Vice-diretor).

Ao visitar o site da escola é possível encontrar dados referentes ao projeto político pedagógico, as diretrizes curriculares de cada disciplina, nome de todos os professores e as turmas que atuam, bem como contatos e horários da escola. O que se percebe é que a gestão democrática na instituição não é eficaz, no que rege sua proposta de intervenção e finalidade para tal escola.

Infelizmente, se observa por meio do relato do vice-diretor que esse modelo de gestão em que poucos participam tem se reproduzido na gestão da educação. Não existe participação, a menos que haja algum problema que fira aos interesses particulares de algum dos indivíduos. Segundo o vice-diretor, os professores são sujeitos importantes nesse processo de mudança de conceitos, tanto sendo exemplo de participação, como também motivadores junto aos alunos, algo que, segundo ele, não é a regra na escola. A atenção do professor muitas vezes está centrada na transmissão do conteúdo, não se preocupando em ajudá-lo a ser sujeito participativo nas decisões do processo educativo.

Se não houver uma ruptura com esse sistema onde há omissão daqueles que detém a possibilidade de fomentar a mudança, esse modelo será repetido por gerações. Para o entrevistado, as universidades têm um papel significativo nesse processo de democratização das escolas, pois elas formam os professores.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, em suas instituições, assim como seu programa educacional, sofre uma crise que precisa ser superada, mas isso não irá ocorrer se todos os sujeitos envolvidos não assumirem a responsabilidade de participação na resolução dos problemas. Se permanecer a visão que pertencemos a um grupo menor, a um partido específico e não a uma coletividade, esse conflito não será superado. Enquanto esse pensamento de que alguns são responsáveis por decidir o que melhor para o todo (neste caso a direção da escola), sem a participação de todos, jamais será vivenciado a democracia em seu real significado; o poder de governar vem do povo.

Essa escola foi o exemplo de que as políticas públicas não são de fato estudadas, a partir da realidade das escolas brasileiras, no caso do Distrito Federal, para serem implementadas. Pois depois de instaurar as políticas, não há supervisão do Estado e a responsabilidade da formação educacional se recai a poucos.

Se há uma intenção real de se construir algo novo na educação, todos os sujeitos devem se envolver efetivamente com propostas e ações. Não se deve pensar em “poder do povo” como algo místico que emana do povo, pois esse somente será poder quando participar nas decisões do cotidiano, nas decisões da gestão, de estar presente, não somente fiscalizando, mas oferecendo ideias e soluções, bem como, colhendo os frutos de uma democracia exercida com consciência.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), 2012. Disponível em: <<http://ideb.escola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/53003608>>. Acesso em 07 de junho de 2016.

HORA, Dinair Leal. **Gestão democrática na escola**. 18ª edição. Campinas, SP: Papyrus Editora, 1994. 127p.

MANFREDINI, Karla M. **Democracia Representativa Brasileira: O Voto Distrital Puro Em Questão**, Florianópolis, 2008.

MEDEIROS, Alexsandro M. **Democracia Representativa**. Disponível em: <<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ciber-democracia/democracia-representativa/>> Acesso em 4/06/2016.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14ª edição. Papyrus, Campinas/SP. 2002.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-309-5

